

TAVIRA,
O MARQUÊS
DE POMBAL
E A FÁBRICA
DE TAPEÇARIAS

José Carlos Vilhena Mesquita

Universidade do Algarve

NA LONGA HISTÓRIA DO ALGARVE, de cujas origens se desconhece a firmeza das raízes, mas que se percebem distantes e profundas, ressalta, pela nobreza dos seus pergaminhos e imponência do seu património, a cidade de Tavira. Burgo mourisco de ancestrais tradições marítimas, cujas embarcações escalavam os portos andaluzes e a bacia mediterrânica, mercadejando os frutos da terra e do mar. Gente da borda d'água, de amplos horizontes, pacífica e obreira, que se fez destemida e valorosa na conquista e posterior defesa das praças de África.

Terra de mareantes, mas também de nobres e de mercadores. Estabeleceu desde tempos imemoriais os seus alicerces na zona oriental do Algarve, designada no código empírico das gentes marítimas por “Sotavento”, devido à serenidade das suas águas e à raridade de ventos. Apresenta-se margeando o rio Gilão, que a divide mas não separa, mercê da sua velha ponte estacada durante a ocupação romana. O alongamento da cidade na bordadura do rio, virando as suas janelas e sacadas para o espelho das cristalinas águas – umas vezes humildes e calmas outras furiosas em transbordante caudal – confere-lhe um semblante veneziano de inigualável beleza no contexto arquitectónico do Algarve.

A sua teia urbanística, de singular urdidura, conserva os traços dum passado longínquo, não só visível no seu riquíssimo património histórico – em que se destaca almedina mourisca com o seu castelo convertido ao modelo cristão – como também identificável no valioso acervo da sua arquitectura religiosa, cuja profusão valeu à vetusta cidade o epíteto de Roma do Algarve.

Em todo o caso, o que mais distingue e acentua a invulgar mole arquitectónica que envolve o casco histórico da urbe taviense, é claramente a protuberância piramidal dos seus telhados de “tesouro”, cujas influências orientais dos pagodes chineses são por demais evidentes. O mesmo acontece com as suas tão peculiares portas de reixa, moldadas num imbricado figurino de ascendência mourisca. As suas

lendas e tradições etnográficas evidenciam um povo de fé e de arreigadas crenças, com um carácter sensível e emocional, embasado nos princípios éticos da honra e da lealdade, consolidado ao longo dos tempos em fortes convicções socioculturais.

Nos férteis campos da luzidia Tavira assentaram alicerces as rudes silharias daquela a que poderíamos chamar a genuína nobreza algarvia. Não foram, certamente, equiparáveis aos mui nobres e graníticos solares da Ribeira – Lima, mas antes humildes casas rurais do nosso vetusto e desditoso senhorialismo agrário. Refiro-me, às famílias que se nobilitaram neste estremenho chão pátrio pelo seu valor militar ou pela sua honrada participação na administração pública. Merecem, entre outras, particular distinção as famílias tavienses que usaram os apelidos Baião, Corte-Real, Franca, Horta, Lemos Faria, Lobo, Moniz, Neto, Pimentel, Simões e Zagalo, pois que delas descendem os mais impolutos pergaminhos nobiliárquicos do Algarve.

O Algarve, e muito particularmente a cidade de Tavira, tiveram ao longo da nossa história um papel supostamente pouco relevante. Abstraindo-nos da epopeia dos Descobrimentos e da figura tutelar do Infante D. Henrique – mítico obreiro no processo de pré-globalização da economia-mundo – praticamente o Algarve passa incólume e inócuo no tablado da História. As únicas excepções terão ocorrido, em meu entender, durante o consulado reformista do Marquês de Pombal e na fugaz, mas decisiva, participação no processo de implantação do Liberalismo em Portugal. Em ambos os casos, julgo que a posição geo-estratégica do Algarve, e a importância castrense da cidade de Tavira, terão pesado decisivamente na atenção militar e no interesse político do centro. No presente momento referir-me-ei unicamente à importância que teve a administração pombalina no processo de desenvolvimento socioeconómico do Algarve, com particular ênfase no apoio à criação da Fábrica de Tapeçarias de Tavira.

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS DO POMBALISMO NO ALGARVE

Não tenho dúvidas em afirmar que Sebastião José de Carvalho e Melo, vulgo o Marquês de Pombal – título nobiliárquico que o consagrou no palco da História e no imaginário popular como um indomável autocrata – só despertou a atenção da ribalta política e a admiração da Coroa a partir do memorável cataclismo do 1.º de Novembro de 1755, fatídica jornada de morte e destruição que abalou os alicerces do país. O Algarve foi varrido por sucessivas ondas sísmicas que produziram um efeito devastador em todas as aldeias, vilas e cidades, arrasando casas, igrejas, castelos e fortalezas, como se uma impiedosa e cruciante rasoira talhasse cerce as testemunhais protuberâncias da vida social, militar e religiosa de um povo com séculos de gloriosa existência.¹ As cidades de Lagos e Silves, assim como as vilas de Portimão e Lagoa foram as mais atingidas pelo megassismo.² Lagos ficou praticamente por terra, demorando cerca de um século a levantar as vetustas estruturas do seu histórico casco urbano.³ O palácio dos Governadores do Algarve ficou de pé, mas a cidade nunca mais voltaria a ser considerada o centro político – militar da região.⁴

A cidade de Tavira ficou ligeiramente debilitada nas freguesias urbanas de Santiago e St.^a Maria, mas esteve longe de sofrer os estragos materiais e a perda de vidas humanas que se chegou a temer e até a propalar.⁵ Nas «Memórias Paroquiais» – redigidas pelos párcos de todo o país em resposta ao inquérito de 1758 emanado pelo governo pombalino – consta que a cidade de Tavira foi das menos flageladas do Algarve, registando-se apenas danos consideráveis no Convento de S. Francisco.⁶

A forma decidida, corajosa e esforçada como Carvalho e Melo, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, enfrentou a calamitosa situação, valeu-lhe em 1759 o título de Conde de Oeiras e a nomeação

para a pasta do Ministério do Reino, equivalente à posição actual de Primeiro Ministro. Iniciava-se, a partir daqui, a chamada “administração pombalina”, uma espécie de consulado político, marcado por um forte centralismo e por uma inquestionável autoridade do poder régio. A carta do título de Marquês de Pombal só lhe foi concedida em 16-9-1769, certamente em recompensa pela sua dedicação ao fortalecimento do aparelho de Estado. Nessa altura estava na forja a reforma do ensino, desde o sector primário ao universitário, reconhecendo-se hoje que o sucesso da política educativa pombalina colocou o nosso país no topo da Europa civilizada.⁷

Ignorando, aqui, todas as críticas que se possam antepor ao autocracismo pombalino, o certo é que nunca antes o país havia experimentado tão intenso e efectivo caudal legislativo, reformulador, regenerativo e revivificador da vida económica, social, educativa e cultural.⁸

No caso do Algarve pode dizer-se que a acessibilidade da sua costa marítima e a riqueza dos seus recursos naturais foram alvo da atenção governativa, que através de diversas acções políticas, estribadas em diplomas régios e consolidadas por incentivos fiscais ou apoios financeiros, surtiram efectivo sucesso e deram inquestionáveis frutos de carácter económico. De entre essa cuidada acção político-administrativa começamos por realçar o combate à criminalidade, reprimindo os roubos e outras violências de forma rápida e exemplar em toda a região a sul do Tejo.⁹ O reforço da autoridade do Estado viabilizava a segurança dos cidadãos, proporcionando um ambiente de estabilidade social, condição indispensável ao desenvolvimento das actividades económicas.

Seguiu-se a defesa militar, mandando o governo proceder à inspecção das fortalezas e ao levantamento das suas insuficiências, quer de equipamento bélico, quer de recursos humanos. Encarregou-se dessa missão o Marquês de Tancos que veio defender o litoral algarvio das incursões mouriscas, cujas for-

talezas estavam arruinadas por efeito do terramoto.¹⁰ A criação de cinco Companhias de Dragões, com trinta cavalos cada, é um pequeno exemplo da política de defesa do Algarve.¹¹

No âmbito da política fiscal reprimiu o contrabando e reorganizou os serviços aduaneiros, nomeando para o efeito um Superintendente Geral das Alfândegas do Algarve.¹² Extinguiu os “juizes leigos” das alfândegas de Faro, Lagos e Portimão, por “incurrigíveis práticas de absurdos” substituindo-os pelos Juizes de Fora.¹³

Para abastecer o mercado cerealífero suprimiu de direitos alfandegários o trigo, farinha, centeio, milho, aveia, legumes e “todos os outros semelhantes grãos” nos portos do Algarve.¹⁴ Em contrapartida isentavam-se de quaisquer direitos alfandegários as embarcações portuguesas que “exportarem sal ou quaisquer outros produtos do Reino [do Algarve] para Espanha e seus Domínios”.¹⁵ O sal, essa espécie e “ouro branco do Algarve”, foi um alvo privilegiado das atenções pombalinas, através da reactivação das velhas salinas e da construção de novas marinhas, cujo aforamento aos salineiros privados se tornou obrigatório para “todas as porções dos Sapais de Tavira” que eram os de melhor qualidade na região. Na verdade o sal, por força das determinações inscritas no Foral, tornara-se num monopólio da coroa administrado pela Alcaidaria Mor de Tavira, cujo preço, aí exarado, ficou, com o desenrolar dos tempos, desajustado da realidade, o que contribuiu para a desactivação da actividade extractiva e total decadência das Marinhas de sal da cidade de Tavira. Os cerca de 1360 talhos existentes nos sapais, mais os 96 talhos que se achavam defronte da ermida de Santa Ana, constantes do Regimento do Sal de 25-2-1532, cuja produção abastecia as armações de pesca e as praças militares do norte de África, estavam, em 1769, tão arruinadas e em tal estado que não só deixou de se exportar sal como também faltou para abastecer o povo e conservar as pescarias da região.¹⁶

Relativamente ao sector das pescas, a mais importante iniciativa do governo pombalino consistiu na criação da

Companhia Geral das Pescarias Reais do Reino do Algarve.¹⁷ O prazo inicial de laboração fora concedido por um período de apenas doze anos, mas acabaria por se tornar numa das mais longevas empresas industriais do país.¹⁸ Dois dias antes já o Marquês havia publicado uma Provisão que reduzia os direitos do pescado para “vinte por cento das Dízimas Velha e Nova”; no mesmo diploma acrescentam-se outras medidas para o fomento das pescarias e produção do sal no Algarve.¹⁹ Quando a Companhia de Pescarias foi instituída possuía um “Fundo” de quarenta contos de réis, subscrito por acções, o qual seria aumentado três anos depois para o dobro do capital, rateado por novos accionistas, o que não só induz do incremento das pescarias como ainda da apetibilidade do investimento.²⁰ A prova disso está também na renovação dos prazos de laboração da Companhia, que foram sendo prorrogados por sucessivos períodos de seis anos, conforme previsto nas condições da sua fundação.²¹

Para obstar à concorrência espanhola procedeu-se à limitação das liberdades individuais dos pescadores algarvios, mandando-os registar como mareantes e obrigando-os ao uso de passaportes sempre que fainassem “fora dos limites do Reino do Algarve”, além de se lhes proibir a venda dos barcos de pesca para o estrangeiro ou de os comprarem fora do reino.²² Este alvará infringia as libérrimas tradições das gentes marítimas, sobretudo na mobilidade da faina pesqueira e dos seus interesses particulares, suspeitando-se que tenha provocado uma deslocalização dos armadores estrangeiros para as praias andaluzas.

De entre os espaços concessionados na costa algarvia, para as armações do atum e da sardinha, destaca-se a zona de Tavira, a mais rica e produtiva de toda a costa algarvia por se encontrar estrategicamente sediada nas rotas dos tunídeos de “direito” e de “revés”. Eram quatro as armações de Tavira, situando-se a oriente de Cabanas da “Abóbora”, a dos “Três Irmãos” na actual praia do Barril, a do “Livramento” em frente à ermida da mesma invocação e a do “Medo das Cas-

cas” em frente à fortaleza do Rato. Foi esta última a mais notável e produtiva armação do Algarve, lançada pela primeira vez em 1730, em torno da qual nasceria o “Arraial Ferreira Neto” um dos mais interessantes espécimes do nosso primitivo capitalismo industrial.²³

No que concerne à reforma administrativa e à política desenvolvimento socioeconómico do Algarve importa destacar a integração das freguesias de Moncarapacho no concelho de Faro, de Alte e Boliqueime no de Silves, de Alvor no de Portimão.²⁴ Um mês depois o “lugar” de Lagoa foi elevado à categoria de Vila.²⁵ Na mesma data coube igual distinção à estância termal de Monchique.²⁶ Nesse dia foi também instituído na vila de Alcoutim o lugar de Juiz de Fora e Órfãos, para superintender na aplicação da justiça e reorganizar a administração fiscal, cujos procedimentos se encontravam inertes e desajustados.²⁷

No sector agrícola, a decisão pombalina de maior alcance económico consistiu na anulação de todos os “Títulos com que a Serra de Tavira andava alheada” declarando os seus moradores como proprietários dos prédios por eles habitados e cultivados, libertando-os de todas as pensões, excepto as devidas à Fazenda Real.²⁸ Os resultados práticos desta medida foram inquestionáveis, não só para os 1200 proprietários nela abrangidos como também para o abastecimento do mercado cerealífero do litoral algarvio. Contudo, daqui resultaria algum oportunismo na ocupação das terras por agricultores que nunca habitaram a região, sem falar nas dificuldades de arrecadação fiscal resultante da indefinição jurídico-administrativa do bem patrimonial designado por Serra de Tavira, cujos limites camarários das oito freguesias nela compreendidas se prestavam às maiores confusões.²⁹

Igualmente notável, e da maior importância para o sector, foi a suspensão da execução das dívidas dos Censos e Foros contra os agricultores algarvios, que viriam a ser abolidas ou reduzidas quando se considerassem de carácter usurário.³⁰ Para animar o mercado e viabilizar o escoamento das

produções agrícolas e industriais, o Marquês de Pombal declarou a liberdade de circulação em todo o país de diversos produtos isentando-os de quaisquer direitos de entrada ou saída, “acabando com a odiosa diferença entre o Reino do Algarve e o de Portugal”.³¹

Mas a iniciativa de maior impacto no Algarve foi, sem sombra para dúvida, a reconstrução da desaparecida Vila de Santo António de Arenilha, que à semelhança do que acontecera na baixa lisboeta, constituía o paradigma do urbanismo moderno e, ao mesmo tempo, o símbolo do espírito organizado, pragmático e objectivo que caracterizava o regime pombalino.³² A edificação de Vila Real de Santo António, em escassos cinco meses, causou grande impacto não só pelo seu inovador traço arquitectónico, como ainda pelo facto de constituir o fulcro económico das pescarias algarvias.³³

A FÁBRICA DE TAPEÇARIAS DE TAVIRA

O sector industrial no nosso país resumia-se à dimensão oficial, de carácter artesanal e doméstico. Porém durante o consulado pombalino experimentou um significativo desenvolvimento, visível ainda várias décadas depois nos lanifícios da Covilhã e Portalegre ou nas sedas da Real Fábrica o Rato. A política de fomento industrial estendeu-se praticamente por todo o país. No Algarve, porém, não teve, senão em Tavira um exemplo de sucesso, ainda que precário e efémero

Com efeito, em 9-6-1774, a Junta do Comércio reuniu-se para analisar e dar deferimento a uma petição apresentada pelo tapeceiro francês Pedro Leonardo Mergoux e pelo seu sócio Teotónio Pedro Heitor, para estabelecerem em Tavira “*ou em qualquer sitio da sua escolha no Reino do Algarve*” uma fábrica de tapeçarias de lã, seda e algodão, no género das que se importavam da Europa e da Ásia.³⁴ O Marquês pretendia canalizar o investimento industrial para a periferia, e

o Algarve era das regiões mais necessitadas, pelo que o local não era o mais importante. Todavia a opção recaiu em Tavira devido a uma visita efectuada por Mergoux, entre 1773 e 1775, que após ter observado outros portos do litoral preferiu o da foz do Gilão, tanto pelas suas condições naturais, como ainda pelo baixo custo de vida. Essa é, aliás, a própria explicação de José Viegas de Andrade, que na sua qualidade de ajudante do Superintendente Geral das Alfândegas do Sul deve ter visitado e inspeccionado aquela unidade fabril:

*“Pedro Morçous, tendo passado por Tavira elegeu para estabelecer a fábrica aquella cidade, sendo este local com acertada propriedade, porque he em porto de mar e por isso lhe aproveita o commodo transporte dos fretes respectivos aos generos por importação, e exportação; (...) Tem esta fabrica os mantimentos baratos abonando Tavira em peixe, carnes, pão, vinho, ortaliças, cassa, etc., por preço commodo; de sorte que lhe anima muito a sua subsistencia, conseguindo a mão de obra maes barata”.*³⁵

À semelhança de outros casos congéneres, pediu ao rei que lhes concedesse um apoio financeiro de seis contos e réis, reembolsáveis em dez anos, assim como protecção fiscal e alguns privilégios económicos.³⁶ Analisada a petição, assim como as amostras das tapeçarias que os suplicantes pretendiam fabricar, os deputados da Junta de Comércio decidiram não existirem duvidas do seu merecimento “fazendo-se por isso credores de toda a attenção, para lhe serem concedidas as graças que pertendem”.

O Alvará e as condições solicitadas foram outorgadas em 31-5-1776, ou seja, o processo burocrático demorou dois anos a confirmar um estabelecimento que, nas palavras do próprio monarca, “se faz atendível pella utilidade publica que delle rezulta aos meus Vassalos”.³⁷ Se as condições tivessem sido atempadamente satisfeitas – isto é, se lhes tivessem sido abonados os 15 mil cruzados (6 contos de réis), nos dois anos primaciais e não se lhes tivessem ficado a dever 5 mil cruza-

dos – talvez a fábrica singrasses. A falta de meios económicos, evidenciada pelos fundadores da fábrica, para obviar às contingências do mercado, assim como o estafado “cofre do Donativo” a que recorria um crescente número de indústrias, ditaria algum tempo depois o precoce encerramento da mesma.

Acerca do tapeceiro francês Pedro Leonardo Mergoux pouco sabemos. Nasceu na cidade de Aubusson, onde aprendeu a arte em que se tornou mestre. Nada mais se conhece a seu respeito, supondo-se, porém, que a ele se referia o nosso embaixador em França, D. Vicente de Sousa Coutinho, quando em 9-3-1773 oficiava ao Marquês a vontade de um tapeteiro da fábrica de Goblines lhe havia demonstrado para se estabelecer no nosso país.³⁸ Quando se radicou em Tavira, na rua do Mal-Foro, estava casado com Maria Corneli, francesa que julgo sua conterrânea. Por razões que desconheço – mas que suponho relacionadas com a exploração agrícola, a que ambos se votaram depois da falência da fábrica – transferiu-se o casal para a freguesia da Luz de Tavira, fixando-se no sítio da Igreja onde viriam a falecer.³⁹

Nas condições acordadas para o estabelecimento da fábrica constava, no art.º 3º, que os instituidores – como contrapartida ao subsídio dos 6 contos – teriam que empregar pelo menos seis aprendizes “os quaes serão Matriculados na Junta do Commersio e seus Domínios”. E de facto assim cumpriram, pois que em 28-11-1776 enviaram àquela Junta uma petição de alvará para se matricularem como aprendizes seis jovens tavirenses: Pedro Ataíde Tavares de Brito, José da Esperança Freire, Pedro da Costa, José António de Oliva, José Alvares de Galvão, Francisco D. P. Oliveira.⁴⁰ Também nada se sabe acerca do trajecto biográfico destes aprendizes, que devido ao encerramento da fábrica não chegaram a concluir a sua profissionalização. Porém, os dois primeiros distinguiram-se dos restantes, sendo quase certo que se mantiveram no exercício da arte completando a sua aprendizagem nas oficinas que transitaram para Mafra.

ONDE SE SITUAVA A FÁBRICA? QUANTOS TAPETES PRODUZIU?

Por «Imediata Resolução» de 31-5-1776, obteve Pedro Leonardo Mergoux e seu sócio, Teotónio Pedro Heitor, um empréstimo financeiro que lhes permitiu pouco depois, em 9 de Setembro, celebrar com o capitão de cavalos e mercador, Domingos Antunes dos Reis, uma escritura de arrendamento anual, no valor de 26\$000 réis, para a chamada “Horta do Galvão”, cujo nome lhe advinha da rua onde a mesma se situava. Já agora, acrescenta-se que o referido mercador adquiriu aquela propriedade em 1772, justificando-se, assim, a inscrição que ainda hoje ostenta (Reis, 1772) no arco entaipado que dava passagem da rua da Fábrica para a horta, a qual ficava compreendida entre as ruas dos Machados, das Capacheiras ou do Galvão, a via férrea e o lado superior da rua do Mal – Foro.⁴¹

As instalações da fábrica compunham-se de “*casas térreas, no sitio de Malforo na dita cidade para se formalizarem os teares, cazas para os diferentes trabalhos e destinos da dita fabrica, ajuntando-se-lhe huma horta para o enxugo das lans, algodoads, e agoas para tintas, e varias applicaçoens*”.⁴² A laboração iniciou-se ainda nos finais de 1776, conforme demonstra a data de matrícula dos seis aprendizes. Porém, só no declinar do ano seguinte é que as instalações pareciam estar definitivamente adequadas às necessidades da indústria. Isto leva-nos a admitir que ainda em 1776 Pedro Mergoux recebeu da Junta de Comércio a primeira metade do empréstimo de seis contos, com os quais adquiriu o equipamento, a matéria prima, os alojamentos e contratou os aprendizes; e no ano seguinte recebeu apenas um conto de réis, o que lhe permitiu arrendar “*huma orta a Domingos Antunes para se aproveitar da agoa no emprego das tintas que fazia conduzir ás caldeyras*”.⁴³

Mas, como se não bastasse, no ano seguinte arrendou por 144 mil réis e pelo período de três anos, mais outra fazenda que pertencia ao eclesiástico e bacharel em leis,

Dr. António Azevedo Brandão.⁴⁴ Creio que nessa horta terá laborado a principal dependência da fábrica. Pelo exposto podemos imaginar a grandeza, para a época, deste investimento, sobretudo pelos bens e equipamentos técnicos que o mesmo exigia, sendo, por isso, compreensível a absoluta necessidade de um empréstimo financeiro para fazer face às primeiras necessidades. O verdadeiro mestre era o francês Mergoux, que controlava todo o desenrolar da produção, desenhando os motivos alegóricos, seleccionando as cores, tingindo as lãs e ensinando aos jovens aprendizes os segredos daquela arte:



Pormenor do flanco esquerdo da tapeçaria Jacob reconhece a túnica de José. Museu Nacional da Arte Antiga.

“Os tecidos ou sejam por desenho de architectura, ou de florista, ou de figurado etc., são executados com bom gosto, imitando perfeitamente a natureza, metidas as cores com propriedade, sendo o dito mestre Morgous o que dá as tintas, officio este que anima, e poe em boa reputação a dita fábrica e o insinar aos seus aprendizes. Elle não trabalha no desenho mas he hum bom executor delle”.⁴⁵

Pelo que se apercebera o Ajudante do Superintendente das Alfândegas do Sul, nas julgo que duas visitas, que effectuou àquela fábrica, os panos de arrás (ou tapeçarias) ali produzidos ostentavam um fino gosto artístico e a qualidade da lã, algodão e retrós rivalizava, senão mesmo superava, os estrangeiros, o que sendo mais baratos do que os importados poderia, em breve, levar as casas nobres a ornamentar os seus aposentos com tapetes nacionais. Parecia-lhe, contudo, que o mestre francês precisava de outro official, hábil e experimentado, “que possa maes útil, e rapidamente junto com o mestre adiantar os ditos aprendizes, porque sendo tres os tiares, que nella ha, e dois, em que podem trabalhar oito pessoas, necessarias aos ditos tiares, he certo que o numero dos aprendizes que ha não correspondem aos tiares”.⁴⁶

Deste excerto, como aliás, na integralidade dos dois officios/relatório que José Viegas de Andrade enviou ao Ministro do Reino, não se refere o desempenho de Teotónio Pedro Heitor, que embora sócio do mestre francês deveria ser de pouca competência, pois de contrário não apontaria a necessidade de se contratar mais um official. Mas das suas palavras também se infere que os teares deveriam ser de grande porte e do mais moderno que se conhecia – talvez importados da França – visto comportarem o trabalho de quatro homens em simultâneo. Por outro lado, não deixa de ser esclarecedor que para o aumento da produçãourgia elevar o número de aprendizes para nove. E se o progresso da manufactura não acontecia tão rapidamente isso devia-se à manifesta carência de capitais de investimento. O empréstimo que fora facul-

tado a Pedro Mergoux mal chegara para os dispêndios iniciais, arrendamento das instalações e aquisição de equipamentos, pelo que o acréscimo de aprendizes era de todo inviável. Apesar de tudo, o tapeceiro francês, a 1-12-1778, renovou com o mercador Domingos Antunes Reis o contrato de arrendamento da já citada horta. Saliente-se que embora o interesse desta propriedade, como antes afirmamos, residisse, a priori, no aproveitamento da água para os trabalhos de tinturaria e amanho das lãs, o certo é que, à posteriori, constituiu o único meio subsistência da família Mergoux, pois que encerrada a fábrica procurou o seu sustento na agricultura. Das tapeçarias que ali se produziram tenho fidedigna notícia da existência de apenas duas, que presentemente se conservam expostas no Museu Nacional de Arte Antiga e no Museu Municipal da Figueira da Foz.

A primeira, figurou na Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental de Lisboa, realizada em 1882, apresentando-se visivelmente assinada com a palavra “Tavira”. Pertencia à capela do Palácio Real de Mafra, de onde transitou



Pormenor global da tapeçaria
Jacob reconhece a túnica de José.
Museu Nacional da Arte Antiga.

para o Museu de Arte Antiga. Possui as dimensões de 4,49x3,96 metros. Denota influências do barroco francês e do estilo de Aubusson. Ostenta uma bela composição policroma, tecida em lã e seda. Considerada em bom estado de conservação, está presentemente catalogada com o título de “*Jacob reconhece a túnica de José*”.⁴⁷ A constituição do tema, em si, é fundamentalmente narrativo. Os aspectos decorativos foram quase suprimidos, à exceção de uns ramos de oliveira quase escondidos no terceiro plano. Praticamente todo o espaço disponível está ocupado por figuras humanas, de entre as quais se destaca Jacob e a esposa, cujos rostos marcam o peso da idade e o sofrimento da notícia transmitida pela presença da túnica de José. A figura central de Jacob denota grande poder expressivo, num misto de espanto, dor e maldição. O episódio bíblico encontra-se envolvido por uma espécie de friso ou barra de cercadura, tecida na própria tapeçaria, em estilo “rocaille”. O valor artístico desta peça é deveras surpreendente, tanto pelo debuxar das cores como pela qualidade do desenho e distri-



Metade direita da tapeçaria existente no Museu da Figueira da Foz.

buição das formas, que em certos pormenores adquire uma volumetria quase perfeita.

A segunda tapeçaria, que honrosamente ocupa a parede frontal do lanço de escadaria que dá acesso ao 1º andar do Museu da Figueira da Foz, é certamente uma das mais notáveis peças artísticas do barroco português. Quando se sobe a escadaria do Museu começamos a vê-la crescer para nós, esplendorosamente bela, em tons desmaiados de terracota, a que se juntam matizes de verde, laranja e amarelo. Não tem figuras centrais. Apenas um pavão assume particular destaque, na imponência da sua plumagem, parecendo dialogar com umas pombas brancas empoleiradas nas árvores. Os pormenores decorativos espriam-se até ao plano de fundo, preenchido por uma cordilheira de montanhas envolvidas num “sfumato” renascentista. Produzida na fábrica de Tavira constitui o seu exemplar mais importante, não só pela beleza das suas representações como ainda pelas suas inusitadas dimensões de 9,30x3,40 metros, que só se justificam por exigências de encomenda, visto ter de largura o dobro da anteriormente referida.

Nos princípios deste século, o Dr. Santos Rocha – ilustre arqueólogo e grande admirador do Algarve – descobriu esta magnífica tapeçaria na Igreja Matriz de S. Julião, na cidade da Figueira da Foz, mandando-a logo recolher às instalações do Museu, que ele próprio fundara. Tudo leva a crer que esta preciosidade artística não estaria primacialmente destinada àquele templo, pois que devido às suas dimensões fora cortada em duas partes. Segundo refere o Dr. Mesquita de Figueiredo deveu-se ao presidente da edilidade, Dr. José Jardim, a preocupação de mandar restaurá-la “*para o que foram mandadas vir lãs com as nuances da escola de Gobelins*”, sendo essa a razão porque permaneceu durante largos anos no salão nobre dos paços do concelho da Figueira da Foz.

Tratando-se de uma peça conhecida, nos catálogos e obras da especialidade, deixamos a descrição da sua representação pictórica para as palavras de Mesquita de Figuei-

Panorâmica geral da tapeçaria existente no Museu da Figueira da Foz.



redo que, com a devida vénia, aqui transcrevemos: «O desenho é perfeito e a composição magnífica, representando um trecho campestre. As árvores soberbas no seu lançamento, nítidas nas formas puras dos seus troncos e folhagem, verdadeira atapetando o chão, aves empoleiradas pelos ramos, uma azenha ao longe, céu amplo e luminoso, recortando-se em fundo como uma dalmática bordada de flocos de nuvens, tudo é harmonioso e admirável nessa tapeçaria primorosa da Figueira da Foz, duma grande beleza de execução.»⁴⁸

Existe um terceiro espécime que se encontra no Palácio Nacional de Queluz, mais propriamente na “Sala dos Particulares”. Domina o centro dos aposentos. Não pude medi-lo mas, num cálculo aproximado, deve ter três metros de largura por quatro de comprimento. É muito diferente dos anteriores. Este seria mesmo tapete, para recobrir o soalho, enquanto os outros seriam panos de arrás, para amenizar nudez duma parede. Apresenta-se decorado ao estilo dos tapetes de Arraiolos, com um enorme conjunto floral ao centro e nos cantos, ostentando uma bela moldura em tom de azul, dourado e rosa. No canto inferior direito está assi-

nado com a sigla: P.T. MR 1816 (Pedro Tavares [de Brito], Mafra Real, 1816). É, claramente, uma obra do tapeceiro real e antigo aprendiz de Pedro Mergoux da Fábrica de Tavira. Esta é a prova de que os antigos teares de Tavira, arrestados por execução da falência da mesma, continuaram a laborar, após transferência para o Palácio Real de Queluz.

UM PROJECTO EFÉMERO NO ESTERTOR DA INDUSTRIALIZAÇÃO POMBALINA

Entre a fundação e a extinção da unidade fabril medeia o exíguo espaço de três anos. A razão que o próprio Mergoux invocou para a justificação do encerramento foi, precisamente, a carência de meios financeiros para se manter em laboração. Em todo o caso, não deixa de ser curioso o facto dos contratos de arrendamento das hortas do Galvão e da Fábrica terem sido feito por apenas três anos.

A política de empréstimos levada a cabo pelo pombalismo, sob a égide da Junta de Comércio, visava facilitar o

estabelecimento das unidades fabris, apesar de alguns empresários nada mais possuírem para além da experiência de trabalho e uma vontade indómita de sucesso no complicado, e ainda incipiente, mundo da indústria. Por isso, em muitos casos, faltava-lhes o mais importante, ou seja, os meios financeiros para encararem os possíveis revezes dos primeiros anos de laboração, sem correr riscos imprevistos nem depender de credores impacientes.

Com a morte de D. José o regime alterou-se completamente. O Marquês demitiu-se, foi processado e mandado afastar da Corte. Iniciou-se o período a que chamaram “Viradeira” durante o qual se reabilitaram os perseguidos e se reprovaram as arbitrariedades cometidas, pelo pombalismo. Neste contexto, convém lembrar que a fábrica de Tavira foi instituída praticamente no estertor do regime. E se no primeiro ano se cumpriu o clausulado do Alvará, já o mesmo não aconteceu no seguinte, em que estava prevista a atribuição dos restantes três contos. E se tal efectivamente não aconteceu, isso deveu-se à morte do rei, à reordenação das lideranças políticas, à alteração das instituições e à falta de verbas orçamentadas para a satisfação de anteriores compromissos.

Perante este cenário, o tapeceiro francês ainda fez uma última tentativa para se manter em actividade. Isto é, voltou a requerer, desta vez à Junta de Administração das Fábricas do Reino e Obras das Águas Livres – designação Mariana para a extinta Junta de Comercio – que se lhe entregassem os dois contos que faltavam do empréstimo inicialmente acordado. Aliás, no texto da nova petição deixava bem claro que da sua parte cumprira o que se havia estipulado no Alvará, pelo que era injusto da parte da Coroa não mandarem liquidar a verba em falta. Só assim se evitaria a asfixia financeira daquela indústria. Ouçamos o seu apelo:

“...succede que não obstante terem os Supplicantes cumprido muito exactamente com a sua obrigação no estabelecimento da dicta Fabrica, e no seo adiantamento verificado na

perfeição das diferentes manufacturas della, e terem effectivamente passado muitos tempos depois do dito anno vencido, senão tem completado pela Junta do Comercio o dito ultimo pagamento por mais que os Supplicantes o tenham requerido, e se lhes está ainda a restar a quantia de dois contos de reis; e porque estes se fazem indispensaveis aos Supplicantes para poderem sustentar, e promover a subsistencia, e adiantamento da dicta Fabrica por não terem para esse fim outros meios; e não parece justo se falte ao cumprimento da dicta condição authorizada por Decreto Regio, quando os Supplicantes tem cumprido da sua parte as que lhe forão impostas”.⁴⁹

Naturalmente esta petição foi objecto de consulta pela nova Junta da Administração das Fabricas que em 23-8-1779 despachou favoravelmente à petição apresentada, por considerarem que *“as produçoens da sua industria e as suas manufacturas tem bastante merecimento, donde lhes rezulta o beneficio da extracção e do consumo que tem experimentado, não devendo por isso mesmo abandonar-se huma Fabrica que tem feito attendiveis progressos”*.⁵⁰



Pormenor do canto inferior direito da tapeçaria existente no Museu da Figueira da Foz onde se lê distintamente e a dois níveis a palavra TAVIRA.

Apesar de parecer à Junta que “*os Supplicantes se fazem dignos da graça pedida*”, o certo é que nunca se efectuou o pagamento deixando-se extinguir de uma forma prematura uma unidade fabril que, como ficou demonstrado, tinha equipamento à altura da qualidade que, efectivamente, deixou espelhada nos escassos exemplares que escaparam à voragem do tempo. A empresa tinha possibilidades de singrar, não havendo outra explicação para o seu encerramento que não seja a falta dos apoios financeiros prometidos nas condições do Alvará. E foi com laivos de um certo desalento que José Viegas de Andrade escreveu ao Ministro do Reino, em 17-7-1780, para lhe dar conhecimento do encerramento da fábrica: “*elles vendo que por falta do embolço prometido não podia subssestir a fecharão mandando proximamente os aprendizes para caza de seus pays; de sorte que a fabrica já não trabalha*”.⁵¹ E a tristeza das suas palavras tornava-se por demais evidente quando frisou que o tapeceiro francês para poder garantir o seu sustento e honrar as dívidas contraídas, dedicara-se à horta que arrendara para serviço da fábrica: “*de sorte que este fabricante se acha prezentemente reduzido por necessidade a ser ortelão*”.⁵²

Embora sem força nem projecção política para poder influenciar as decisões da Coroa, sempre acrescentava que não se devia deixar morrer aquela indústria, porque desde o terramoto que a Família Real estava a adquirir novas tapeçarias para os seus palácios e como os que se fabricavam em Tavira eram de bom gosto, qualidade e baixo preço, talvez se pudesse assegurar a sua subsistência através de encomendas da Casa Real que servissem de exemplo às principais famílias do reino:

«*As pessoas nobres, e de possibilidades (sic), vendo os pannos da fabrica pelo seu bom gosto, e barato preço respectivo ao que tem os de fora hão de compra-los para o ornato das suas cazas, e ainda da Real, aonde ha falta pelos que se incendiarão no fogo de terramoto de mil setecentos sincoenta e cinco...*».⁵³

Mas nem assim o poder se deixou demover, o que em parte deixa transparecer o desamparo a que foram votadas as pequenas indústrias pelo governo de D. Maria I, que apenas se preocupou em garantir a continuidade das grandes unidades manufactureiras radicadas nas principais cidades do país, e em especial na capital. Isto vem contrariar muitas das ideias que até aqui se sustentavam acerca da política de continuidade económica e fomento industrial, que se dizia manter-se durante a época mariana.

Para terminar, acrescenta-se que as oficinas, isto é, os teares e outros equipamentos pertencentes à fábrica de Tavira foram enviados para Mafra, obviamente como penhora do empréstimo inicial, ficando comprovado que se fizeram acompanhar pelos dois aprendizes, que em 1827 estavam ainda vivos e possuíam o título de tapeceiros da Casa Real. Pelo menos neles ficou gravada com honra a tão memorável quanto efémera fábrica de tapeçarias de Tavira.

¹ «Nam se pode referir sem lágrimas o deplorável estado em que deixou a todo o Reyno do Algarve o formidável terramoto que padeceu no primeiro dia do corrente, porque em todo elle nam houve Cidade, Villa, Fortaleza, Lugar, ou Aldeya, que nam experimenta-se mais, ou menos ruína. Principiou-se a sentir-se pelas nove horas da manhan, e durou perto de hum quarto de hora, ainda que algús lhe acrecentaõ mais minutos. Com a violecia dos seus abalos ficaraõ destruidas todas as Igrejas com as suas Torres, os Conventos dos Religiosos, e Religiosas de todas as Cidades, e Villas. Todas as casas grandes, e pequenas.»
Gazeta de Lisboa, n.º 47 de 1755.

² Acerca desse fatídico dia e desse calamitoso acontecimento deve consultar-se a obra de Francisco Luiz Pereira de Sousa, *O Megassismo do 1º de Novembro de 1755 em Portugal, Distrito de Faro*, Lisboa, 1915.

³ «Lagos está quasi arrazada, padecerão muitos os Templos, não se izentou algum do destroço, morreu 400 pessoas, e muitas ficarão feridas; muita gente que se não pôde desembaraçar; o mar entrou pela terra dentro em altura de 7 varas a levou: os fortissimos muros da cidade, padecerão tambem esta desgraça, forão conduzidos com a violencia das agoas, até os armazens, que tendo sido arruinados, a soberba de Neptuno totalmente os precipitou».

D. J. F. Meno, *Theatro lamentavel, scena funesta, relaçam verdadeira do terremoto do primeiro de novembro de 1755, com a noticia do estrago que cauzou em Lisboa, e suas vizinhanças; ruína do Reino do Algarve, e sustos de todo o Portugal 1756*.

⁴ «Não experimentou menor desgraça a Cidade de Lagos; porque além de ficar inteiramente arrazada, memos huma só casa no Castello, em que costumão residir os seus Governadores, cresceo o mar tão desacostumadamente, como nunca se vio, e acometeu furioso, e soberbo aquella desgraçada Cidade com tanto impeto, que não sómente a submergio, e occultou nas suas ondas; mas como cubiçoso igualmente das vidas dos seus Cidadãos, e das suas riquezas, se deteve nella aquelle tempo, que foi bastante

para esconder nas suas entranhas todos seus habitadores, todas suas alfayas, e tudo o mais de que necessitavam os mortaes para a conservação da vida que perderão.»

ANTT, Impressos da Livraria, *Collecçam Unniversal do Terremoto, Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa*, tomo I, pp.23-25

⁵ «Tavira padecio excessiva destruição; e foy a mayor parte que fica junto ao mar, merreão 250 pessoas...»

D. J. F. Meno, *Theatro lamentavel, scena funesta, relaçam verdadeira do terramoto do primeiro de novembro de 1755, ob. cit.*, 1756.

⁶ O pároco da freguesia de St.ª Maria afirmava que Tavira «foy das terras, que proximas do mar, padecio menos ruínas no terramoto de 1755; e estas se achão com melhor pompa reparadas, exceptuando o convento de S. Francisco, a Igreja do Hospital e a Ermida de S. João da Corredoura». Claramente se infere que foram os edificios religiosos, pela sua dimensão volumétrica e antiguidade, as principais vítimas do abalo telúrico. Corroboram-se as palavras do pároco da freguesia de Santiago: «Todos os conventos padeceram ruína no terramoto do primeiro de Novembro de 1755; que se acha reparada, excepto a do dos Franciscanos, que foy a mayor. A Igreja do Hospital, que era e abobeda inteiramente cahui, e ainda nam está levantada. Alguns edificios de cazas particulares, principalmente no bairro da Ribeira, experimentaram iguais effeito; muitos dos quais estão remediados.»

Por conseguinte, a reparação dos edificios ofendidos com o terramoto foi operada logo a seguir, com melhorias no traço architectónico (“com melhor pompa reparadas”), ficando apenas para posterior socorro o majestoso convento de S. Francisco que é, ainda hoje, dos mais notáveis a cidade.

ANTT, Manuscritos da Livraria, *Memórias Paroquiais*, Livro 36, n.º 26 (Tavira)

⁷ Os resultados imediatos sentiram-se ao nível do sector primário, mas foi a Universidade de Coimbra quem reuniu os maiores proventos e concitou as melhores atenções ao Marquês, tornando-se nos finais do seu consulado como um dos mais conceituados pólos de desenvolvimento científico da Europa ilustrada.

Sobre a chamada “Reforma Pombalina” veja-se Joaquim Ferreira Gomes, *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Coimbra, INIC, 1989; e Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até o fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

⁸ Existe hoje ao dispor dos interessados uma tal abundância de obras, literárias e científicas, sobre acção governativa do Marquês de Pombal, que quase se poderia falar da existência de uma verdadeira bibliografia pombalina. Não podendo, todavia, escolher, com rigor e absoluta segurança, uma obra de incontornável referência sobre a tão propalada “administração pombalina”, arriscamos aconselhar (pela profusão da temática abordada) a consulta dos dois volumes da obra *O Marquês de Pombal e o seu tempo*, coordenados por Luís Reis Torgal e Isabel Vargues, editados pelo o Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982.

⁹ Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal, Leis, Decretos, etc., *Collecção das Leys, decretos e alvarás que comprehende o feliz reinado Del Rei Fidelíssimo D. José I...*, 1750-1790, 4 tomos, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1770-1797, tomo I, Alvará de 14-8-1751, autorizando as populações a prender salteadores ou suspeitos como tal.

¹⁰ Datado de Belém 6-11-1755, expediu um Aviso para o Marquês de Tancos ordenando-lhe que à frente de cinco companhias de cavalaria fosse cobrir as costas do Algarve “que se achavam expostas ás invasões dos mouros, pelas ruínas das fortalezas, e deserção dos seus habitantes, depois do estrago, que padeceram na calamitosa manhã do dia primeiro do corrente.”

Cartas e outras obras selectas do Marquês de Pombal, 5.ª ed., 2 vols., Lisboa, Typographia de Costa Sanches, 1861, vol. I, p. 284.

¹¹ B. N. L., *Collecção das Leys, decretos e alvarás...*, tomo I, Decreto de 29-10-1757.

¹² B. N. L., *Collecção das Leys, decretos e alvarás...*, tomo II, Decreto de 26-5-1766.

¹³ B. N. L., Portugal, Leis, Decretos, etc., *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva...*, 1750-1790, 9 volumes, Lisboa, Typographia Maigrense, 1830-1844, tomo de 1763-1774, pp. 252-253, Decreto de 16-7-1766.

¹⁴ B. N. L., *Collecção das Leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Alvará com força de lei de 18-1-1773. Este alvará teve effeito retroactivos partir de 1 de Janeiro de 1773 para todos os cereais e legumes que o Alentejo desciam pelo Guadiana.

¹⁵ B. N. L., António da Silva, *Collecção da Legislação...*, tomo de 1763-1774, p.773, Decreto de 28-5-1774.

¹⁶ B. N. L., *Collecção das Leys, decretos e alvarás...*, tomo II, Alvará com força de lei de 17-7-1769.

¹⁷ B. N. L., *Collecção das Leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Alvará de 15-1-1773. No dia immediato, por Decreto de 16-1-1773, nomearam-se os primeiros administradores da Companhia: José de Almeida Coelho, Alberto Luís Pereira, António Martins Bastos e Francisco da Silva Pereira; aos quais competia vigiar o cumprimento das vinte e uma “condições” estudadas, aprovadas e subscritas pelo Marquês de Pombal pelo “Conselho de Estado, Homens de Negócios da Praça de Lisboa e outros elementos do Reino do Algarve”.

¹⁸ A companhia foi vendida em 1835 a um grupo de accionistas, de entre os quais de destacavam José Coelho de Carvalho e José Bento Dias Ferreira, mantendo-se em laboração praticamente até aos finais do século XX. A este propósito veja-se a obra de António Miguel Galvão, *Um Século de História da Companhia de Pescarias do Algarve*, Faro, edição da C. P. A., 1948.

¹⁹ B. N. L., António da Silva, *Collecção da Legislação...*, *Suplemento*, Provisão de 13-1-1772, pp.295-299.

²⁰ B. N. L., *Collecção das Leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Alvará de 13-7-1776. O “fundo” inicial foi rateado por 400 acções de 100.000 réis cada título, procedendo-se em igual valor e quantidade para o novo aumento da capital.

²¹ B. N. L., *Collecção das Leys, decretos e alvarás...*, tomo IV, Alvará de 5-3-1784. A rainha D. Maria I, por Alvará de 4-9-1790, prolongou novamente por mais seis anos o contrato da Companhia, mas desta vez reformou e applicou as condições estatutárias nos termos que vem transcritos na obra de Damião Augusto de Brito Vasconcelos, *Noticias Históricas de Tavira 1242-1840*, 2.ª ed., Tavira, ed. CMT, 1989, pp.192-194.

²² B. N. L., *Collecção das Leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Alvará com força de lei de 17-3-1774. Este documento foi publicado na integra por Damião de Vasconcelos, *Noticias Históricas de Tavira*, pp. 190-191.

²³ Acerca das armações tavirenses sobretudo do “Medo das Cascas” veja-se Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu termo – Memorando Histórico*, Tavira, CMT, 1993, pp. 200-209, pp. 219-221. Acerca do Arraial Ferreira Neto (hoje convertido na estância turística do Hotel Albacora) veja-se António Miguel Galvão, *Um século de História da Companhia de Pescarias do Algarve*, Faro, edição C.P.A., 1948.

²⁴ B.N.L., *Collecção das leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Alvará de 16-1-1773. Na Vila de Lagoa foi, quase de immediato, instituído um Juiz de Fora e Órfãos, conforme o Alvará de 18-1-1773.

²⁵ B.N.L., *Collecção das leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Carta de Lei de 18-2-1773. Uma outra Carta de Lei da mesma data instituiu o lugar de Juiz de Fora e Órfãos da “Vila da Lagoa, no Algarve”.

²⁶ O antigo “lugar” de Monchique passou a denominar-se Vila Nova de Monchique, “com todos os Privilégios e Liberdades de que devem gozar as outras Vilas deste Reino”. B.N.L., *Collecção das leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Carta de Lei de 18-2-1773.

²⁷ B.N.L., *Collecção das leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Carta de Lei de 18-2-1773.

²⁸ B.N.L., *Collecção das leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Carta de Lei de 13-3-1773.

- ²⁹ Veja-se a documentação existente na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Legislação Portuguesa, livro 23, n.º 11.
- ³⁰ B.N.L., *Collecção das leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Alvará com força de Lei de 16-1-1773, o qual foi ampliado pelo Alvará com força de Lei de 4-8-1773. Para remediar os abusos, desordens e usuras praticadas nos Juros, Foros e Censos do Reino do Algarve nos alvarás anteriormente publicados, os quais não tinham surtido o devido efeito por causa das dúvidas que ocorreram na execução dos mesmos, promulgou-se em 15-7-1779 um novo Alvará que amplia e revoga parcialmente os Alvarás de 16/1 e de 4/8/1773.
- ³¹ B.N.L., *Collecção das leys, decretos e alvarás...*, tomo III, Carta de Lei de 4-2-1773.
- ³² Vide José Eduardo Capa Horta Correia, *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na política pombalina*, Porto, edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.
- ³³ Cfr., Alberto Iria, *Vila Real de Santo António reedificada pelo Marquês de Pombal (1773-1776). Subsídios para a sua monografia e elementos para a História da Administração Pombalina*, Lisboa, sep. Da Revista Ethnos, 1948.
- ³⁴ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Junta do Comércio, Processos de licenciamento de fábricas e matrícula de servidores. Tapeçarias, JC 8.
- ³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Ministério do Reino, Maço 46, documento n.º 177, “ofício de José Viegas de Andrade sobre a Fábrica de Tapeçarias de Tavira”, datado de 11-1-1779.
- ³⁶ Todas as informações expendidas, a partir daqui, no presente trabalho são extraídas do meu livro *O Marquês de Pombal e o Algarve. A fábrica de Tapeçarias de Tavira*, Tavira, Câmara Municipal, 1999.
- ³⁷ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Junta do Comércio, *Processos de licenciamento de fábricas e matrícula de servidores*, Tapeçarias, JC 8.
- ³⁸ “O painel que remetti a V. ex.ª com os almanachs he de um admirável artista que trabalha na manufactura de Goblins, e que desejaria estabelecer huma em Portugal da mesma natureza. Estas obras de agulha são hum prodígio de habilidade dos homens”.
- Extracto de um ofício do embaixador em França, D. Vicente de Sousa Coutinho, datado de 9-3-1773, citado por F.M. de Sousa Viterbo, *Artes e artistas em Portugal. Contribuições para a história das artes e indústrias portuguesas*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1920, p. 80.
- ³⁹ Segundo refere o capitão Arnaldo Casimiro Anica, em anotação às *Notícias Históricas de Tavira*, de Damião de Vasconcelos, p. 177, a esposa de Mergoux faleceu a 22-10-1787 e aquele tapeceiro francês viria a morrer em 24-10-1790. Se no primeiro caso a data está correcta, já o mesmo não podemos dizer do segundo. Supomos que se trata de uma gralha no ano de falecimento que é de 1797. A título de curiosidade transcrevemos os respectivos termos de óbito no Apêndice doc. N.º 8.
- ⁴⁰ ANTT, Junta do Comércio, Livro de Registo das Petições que tem a informação para alvarás, Livro 89, petição de 28-11-1776.
- ⁴¹ Vide Damião de Vasconcelos, *Notícias Históricas de Tavira*, nota 2 de Arnaldo Casimiro Anica, na pág. 177.
- ⁴² Arquivo Histórico Ultramarino, Ministério do Reino, Maço 46, doc. 177, ofício de José Viegas de Andrade, datado de 11-1-1779.
- ⁴³ Arquivo Histórico Ultramarino, *idem*, *idem*, ofício datado de 17-7-1780.
- ⁴⁴ Veja-se a “Escriptura de Arrendamento que faz o Rev.º Dr. Desembargador António Azevedo Brandão desta cidade da sua fazenda e horta por termo de trez annos a preço cada hum de 48.000 rs a Pedro Leonardo Mergou e a seo companheiro Thetonio Pedro Heitor desta mesma cidade, em 1.º de Xbr.º de 1778”.
- Arquivo Distrital de Faro, Secção de Notariais, 8-5-367, liv. 117, fls. 113-114 v.º.
- ⁴⁵ *Idem*, *idem*, *ibidem*.
- ⁴⁶ *Idem*, *idem*, *ibidem*, ofício de 11-1-1779.
- ⁴⁷ Trata-se da interpretação artística do episódio bíblico, narrado no Livro do Génesis, capítulo XXXVII, versículos 32 e 33: “*Eis o que encontramos; verifica se é ou não a túnica do teu filho. Jacob reconheceu-a e exclamou: A túnica de meu filho! Um animal feroz devorou-o! José, José foi despedaçado!*” in *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Editorial Verbo, 1982, p. 50.
- ⁴⁸ A. Mesquita de Figueiredo, em artigo publicado na *Ilustração Portuguesa* de 9-4-1919, citado por Damião de Vasconcelos nas *Notícias Históricas de Tavira*, p. 127, na 2.ª ed., p. 167.
- ⁴⁹ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Junta do Comércio, Tapeçarias, JC 8.
- ⁵⁰ AHMOP, *Idem*, *ibidem*.
- ⁵¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Ministério do Reino, Maço 46, doc. 177, ofício de 17-7-1780.
- ⁵² AHU, *Idem*, *ibidem*.
- ⁵³ AHU, *Idem*, *ibidem*.